

EUA exigem que Brasil pague dívidas com bancos oficiais

Silvio Ferraz
Correspondente

Washington — Os financiamentos do Eximbank para o Brasil estão congelados temporariamente como consequência de o governo americano, assim com a França, a Inglaterra e a Alemanha, não aceitar a proposta brasileira de pagar apenas uma parcela de sua dívida com o Clube de Paris, que sobe a 1,5 bilhão de dólares. O Brasil está tentando promover um reescalonamento unilateral da sua dívida, e isso é inaceitável, afirmou uma alta fonte do governo americano. Para ela, é igualmente inadmissível que um país que está acumulando divisas deixe de pagar o que deve aos órgãos oficiais.

A diferença entre os órgãos oficiais credores do Brasil e os bancos é de que os primeiros têm de reportar ao Congresso a má performance de um devedor — e não aos acionistas, como no caso dos bancos — e de esclarecer por que o atraso nos pagamentos está ocorrendo, afirmou. O caso brasileiro é indefensável diante das comissões do Congresso, segundo esta fonte. Um porta-voz do Eximbank prefere afirmar que os financiamentos estão condicionados ao pagamento dos atrasados.

O presidente executivo e presidente do Conselho do Eximbank, John Bohn, em coordenação com o Departamento de Estado e com o Tesouro, decidiu colocar um pé no freio nas operações com o Brasil até que o atrasado com o Eximbank — 400 milhões de dólares — seja pago. "O Brasil é um importante parceiro comercial para os Estados Unidos e a competição internacional está cada vez mais acirrada. Mas verificamos, também, que não vale a pena financiar novos negócios e aumentar os nossos riscos no Brasil enquanto os atrasados não forem liquidados", afirmou este funcionário. O Brasil não é Uganda ou Guiné, mas o dono da oitava economia do mundo, afirmou, irritado, um funcionário da Casa Branca.

O Eximbank, como as instituições financeiras convencionais, só libera um novo financiamento a um mesmo devedor inadimplente em duas hipóteses: ou para se ressarcir daqueles atrasados ou concede um novo financiamento de forma condicionada — o crédito fica aprovado mas o saque do dinheiro permanece retido, condicionado ao pagamento dos atrasados.

Ele recordou que pelas regras do Clube de Paris só é possível reescalonar dívidas quando os

devedores estão na iminência de um colapso financeiro. Este não é, obviamente, o caso brasileiro, comentou. Mesmo porque, se estivesse em situação tão delicada, o governo brasileiro deveria — na opinião das agências governamentais que compõem o Clube de Paris — adotar um conjunto de medidas econômicas em conformidade com as regras do Fundo Monetário Internacional.

O Clube de Paris é um grupo informal de governos, sem estatutos ou regras fixas, que se reúne sempre que há necessidade de novos prazos de pagamentos para as prestações atrasadas dos devedores de agências oficiais. O Tesouro francês funciona como uma espécie de secretariado e recebe os pedidos de renegociação dos países devedores e comunica aos principais credores as propostas para novos prazos. Em raros casos, há reuniões formais em Paris. A maioria das negociações é processada por telefone e telex entre devedores e credores.

O informante afastou a possibilidade de que a pressão do Departamento de Estado, do Eximbank e do Tesouro sobre as autoridades brasileiras tenha por objetivo conseguir aberturas na política de informática. "Vamos separar as coisas. Para nós, o que interessa é receber os atrasados e ponto. A política de informática e como ela pode afetar os interesses americanos está sendo tratada em outro foro", frisou.

O fato de o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ter se transformado no sacerdote que exorcizou o Fundo Monetário Internacional da vida brasileira, é reconhecido como um fator de complicação nas relações entre os países credores e o Brasil. Mas não é uma questão incontornável, observou a fonte. Basta que o Brasil pague os atrasados e seu crédito será imediatamente restabelecido, assegurou. Há mesmo exemplos de países, como o Equador, que conseguiu um reescalonamento com os países membros do Clube de Paris, em 1984, por três anos, sem necessidade de recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Por que, então, o caso brasileiro teria que ser diferente? Na explicação dessa alta fonte, o Equador cumprirá com sucesso dois programas traçados pelo FMI para moldar sua economia. "Nesse teste, o Brasil não pode ser aprovado depois de ter assinado sete cartas de intenção com o Fundo", disse.

Pelo quadro atual, o governo brasileiro deve e não paga, cerca de 400 milhões de dólares ao Eximbank.